

Acordo de Pesca como estratégia de apropriação do território ribeirinho: um outro desenvolvimento possível no Baixo Tocantins, PA

Ariete Pastana Leão¹

Aelton Dias Costa²

Eliana Teles Rodrigues³

RESUMO

Este artigo parte da premissa do estudo sobre Acordo de Pesca como uma inovação Ribeirinha de apropriação do território e um outro desenvolvimento possível que nasce da contradição do capitalismo. Objetiva-se analisar o Acordo de Pesca da Comunidade de Rio Cardoso, enfatizar os modelos de desenvolvimento em disputa e entender o que levou a comunidade a criar o Acordo de Pesca. Nosso aporte metodológico é a pesquisa qualitativa. O avanço do projeto de sociedade capitalista perversa tem realizado verdadeiros territórios de sacrifício e devastação. Entretanto as Comunidades Tradicionais não são meros espectadores neste contexto, elas resistem para defesa e reconhecimento de seus direitos e modos de vida, estas lutas têm traços cultural, econômico e político.

Palavras-chave: Acordo de Pesca; Comunidade Ribeirinha; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article is based on the premise of the study of the Fishing Agreement as a Ribeirinha innovation of territorial appropriation and another possible development that arises from the contradiction of capitalism. It aims to analyze the Fishing Agreement of the Rio Cardoso Community, emphasize the development models in dispute, and understand what led the community to create the Fishing Agreement. Our methodological contribution is qualitative research. The advance of the project of a perverse capitalist society has made true territories of sacrifice and devastation. However, the Traditional Communities are not mere spectators in this context, they resist for the defense and recognition of their rights and ways of life, these struggles have cultural, economic and political features.

Keywords: Fisheries Agreement; Riverine Community; Development.

¹ Universidade Federal do Pará; Mestranda; etyleao190693@gmail.com.

² Universidade Federal do Pará; Mestrando; aeltoncosta@gmail.com.

³ Universidade Federal do Pará; Doutora; elianteles@ufpa.br.

1 Introdução

“Não haveria comunidade ribeirinha sem esse agente que ousou ribeirar-se, ou seja, tornar-se ribeirinho(a) pela construção de um território” (PEREIRA, 2014, p. 121). Ao iniciar este trabalho citando Pereira, se compreende que as Comunidades Ribeirinha têm poder de inovação e articulação na defesa e reivindicação de seus territórios e modos de vida. Existem perspectivas de modelos de sociedade de desenvolvimento para/na Amazônia Tocantina paraense. Aquele nos modelos capitalistas e o outro desenvolvimento que parte da Comunidade Tradicional, especificamente aqui refere-se a Comunidade Ribeirinha. O objetivo é analisar o Acordo de Pesca da Comunidade de Rio Cardoso, e especificamente enfatizar os modelos de desenvolvimento e como estes se apresentam, compreender o que levou a Comunidade Ribeirinha de Rio Cardoso a criar o Acordo de Pesca e entender as lutas por direitos e reconhecimento. Esta pesquisa é de cunho qualitativo, pois estuda as relações humanas e os processos sociais complexos de disputas por território e recursos (ANDRADE e SCHMIDT, 2015, p. 12). Fez-se necessário uma análise de narrativas orais que permitisse alcançar os objetivos, na qual a pesquisa qualitativa permite.

Primeiramente aborda a conceituação do território e conflitualidade contextualizando como ocorre as disputas por recursos e território na Amazônia. Na terceira seção aborda as problemáticas dos impactos ocasionados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e na quarta a mobilização pelo território por meio do acordo de pesca. Por fim, se conclui levantando algumas pontuações sobre esta proposta.

2 Território, conflitualidade e recurso em disputa na amazônia

O território, mais que um conceito, é vital para os povos e comunidades tradicionais. Nas conflitualidades socioterritoriais na Amazônia, o conceito é essencial

PROMOÇÃO



APOIO



para compreender a organização e a afirmação identitária dos coletivos e suas mobilizações. Como diz Fernandes (2005, p. 27).

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder [...]. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (FERNANDES, 2005, p. 27).

É da natureza do território a conflitualidade e nessas situações ele se constitui como forma de poder, quando os fenômenos expressos nas relações sociais são conflitivas. Na Amazônia, as relações de disputas de territórios com formas de poder, revelam como o capitalismo age acentuando a desigualdade. Para Pedon (2009, p. 155), o território como essencial para a sociedade, pois é dinâmico e múltiplo e não é mero palco no qual a sociedade tece suas relações. Assim, ele é criado pelo sujeito, pela coletividade, pelos movimentos sociais e socioterritoriais que expressam suas territorialidades, identidades e seu pertencimento.

Os movimentos socioterritoriais possuem o território como triunfo, essencial para sua existência (FERNANDES, 2005, p. 31). O território é dinâmico, complexo, possui heterogeneidade, onde um mesmo espaço contém diversas territorialidades. O território não surge aleatoriamente, tão pouco é uma uniformidade e homogeneidade como fruto das relações que o constituem. Para Rogério Haesbaert (2019);

(...) a leitura de território como espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza) (HAESBAERT, 2019, p. 74).

Os territórios possuem diferentes dimensões sociais, que precisam ser levadas em consideração, embora cada uma delas tenha dinâmicas próprias. Quando trabalha o território que não seja “forma total, pelo menos de formas articuladas-conectadas, ou seja, integrada” (HAESBAERT, 2019, p. 76), uma vez que nossa vida individual ou coletiva necessita de “alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural” (HAESBAERT, 2019, p.

PROMOÇÃO

APOIO



76). Para não fazer uma leitura de sujeitos excluídos que não reivindicam e nem se organizam trabalharemos também a noção de “precarização do território” e “inclusão precária” (HAESBAERT, 2019, p. 314 - 319).

Existe a “precarização do território” na qual as vítimas dos processos excludentes reagem, não são atores inertes que não esboçam nenhuma reação, eles são incluídos, entretanto, precariamente é uma “inclusão precária”. Na Amazônia são fortes os processos de “inclusão precária” principalmente por agentes hegemônicos que “precarizam o território” e as vítimas rebelam-se confrontando tais injustiças, na busca de direitos e reconhecimento. Na Amazônia existe uma diversidade de processos de relações e poder de forças hegemônicas e contra hegemônicas que geram conflitualidades sendo um processo constante alimentado pelo capitalismo, vejamos;

3 Conflitos e conflitualidades pelo território em disputa

Na Amazônia Tocantina paraense, a construção da UHT representou um divisor de água para os municípios impactados diretamente e “indiretamente” pela sua construção, a qual promoveu a “precarização do território” (HAESBAERT, 2019, p. 314 - 319) e desestruturando modos de vidas, expulsando comunidades de seus territórios, mudando completamente a dinâmica do rio tanto na montante como na jusante, desestruturou o ciclo de pesca da região e os saberes, pois, a pesca artesanal configura pelo saberes que são repassados de geração para geração e a alteração na dinâmica do rio afeta os saberes de observação maré e o clima bom para pesca, a perda do controle das marés é extremamente prejudicial para os Pescadores(as) Ribeirinhos(as), além da violência bruta diríamos que a violência simbólica é imensurável para as Comunidades Tradicionais. O grande gerador de conflito e conflitualidades para a Amazônia Tocantina paraense, provoca o maior movimento da história de mobilização, resistências e também de defesa do viver ao seu modo com as suas tradições e culturas dos municípios da jusante na qual o município e a comunidade ribeirinha de Rio Cardoso pertencem. A UHT é pertencente

PROMOÇÃO



APOIO



ao Projeto Grande Carajás, esta surgiu em 1970 e foi inaugurada em 1984. Esse projeto de desenvolvimento capitalista criam verdadeiros territórios de sacrifício “são máquinas biopolíticas que fazem viver e deixam morrer” (MALHEIROS e CRUZ, 2019, p. 19), fazem viver o modelo capitalista perverso e deixam morrer os modos de vidas das comunidades ribeirinhas, e os pescadores ribeirinhos. Durante duas décadas na Amazônia ocorreu o processo de mercantilização da natureza e a exploração exacerbada dos recursos naturais que são vistas como as únicas vias para o progresso e desenvolvimento econômico (MALHEIRO e CRUZ, 2019, p. 20). Analisa-se neste estudo, os conflitos e conflitualidades que desestruturação e reestruturação do território na Amazônia, está muito voltada aos interesses dos atores envolvidos nessa disputa por recursos, na qual há uma dependência da lógica da economia externa que sempre esteve presente na formação territorial amazônica e materializou-se no Baixo Tocantins (CRUZ, 2006, p. 101), como no caso a construção do empreendimento de infraestrutura UHT que casou impactos desastrosos que vem se perpetuando ao longo do tempo. O autor, Pereira (2014, p. 104) expõe que;

A década de 1980, por isso mesmo, pode ser compreendida como a década dos Movimentos de Resistência no baixo Tocantins, em geral no enfrentamento de todas as transformações e problemas gerados e/ou agravados com a construção da UHT (PEREIRA, 2014, p. 104).

As comunidades ribeirinhas na Amazônia têm suas histórias marcadas por conflitos, conflitualidades e lutas sociais provocadas por agentes externos. O grande ápice dos movimentos de resistência no baixo Tocantins foi a partir do enfrentamento dos impactos causados com a construção da UHT. A construção da UHT interferiu diretamente nessa base alimentar e econômica das comunidades ribeirinhas, uma vez que, além de barrar o Rio Tocantins, diminuiu drasticamente as espécies de peixes na área da jusante, visto que, com o barramento do rio muitas espécies foram extintas, principalmente as que realizavam o processo de subida e descida do rio no período de reprodução, da piracema. Também reduziu a quantidade de pescado na comercialização e no consumo. Um fato que se observou logo com o barramento do

PROMOÇÃO



APOIO



rio foi à mudança de salinização da água na área do estuário, além da perda da biodiversidade aquática irreparável, os impactos alteraram o ciclo hidrológico do rio (PEREIRA, 2014, p. 104 - 105).

Além dos ribeirinhos e ribeirinhas perderem o “controle” do movimento das águas, outro problema oriundo da construção do empreendimento de infraestrutura é que, com a escassez no estoque pesqueiro, “grande parte da população ribeirinha migra para as cidades, aumentando, assim, a demanda alimentar pelo pescado, o que intensifica a pesca comercial e predatória na região” (PEREIRA, 2014, p. 105), pois houve uma pressão nas atividades de pesca agravando a situação. Até aqui discutimos os impactos com a construção do empreendimento de infraestrutura UHT que afetaram o município de Limoeiro do Ajuru na qual provocaram resistência e de defesa dos modos de vida das Comunidades Tradicionais Ribeirinhas e dos pescadores e pescadoras ribeirinhas.

4. A mobilização pelo território por meio dos acordos de pesca

Na Amazônia Tocantina paraense, a precarização do território, provocada por este empreendimento de infraestrutura, protagonizam resistências e lutas das Comunidades Tradicionais. Quando se refere a Ribeirinhos(as) e Pescadores(as) Ribeirinhos(as) quer dizer-se-a que nem todo Ribeirinho(a) é pescador(a), embora alguns não sendo pescadores e pescadoras incorporam as lutas e resistências dos pescadores e pescadoras ribeirinhas principalmente da pesca artesanal, pois, a uma identificação de identidade coletiva após a criação do acordo de pesca, a luta dos pescadores ribeirinhos é incorporada por todos.

distintos autores assumem critérios diferenciados para designar “populações tradicionais” e “comunidades tradicionais”, abarcando inclusive outros grupos sociais, estendendo os termos à categorias diversas, como fez Diegues (2001) ao apontar exemplos empíricos como os caiçaras, os caipiras, os habitantes de rios e várzeas (varzeiros), as comunidades pantaneiras e ribeirinhas, os pescadores artesanais, os jangadeiros e as comunidades de pequenos produtores litorâneos açorianos(CASTRO e OLIVEIRA, 2016, p. 55).

PROMOÇÃO



APOIO



A comunidade estudada é uma Comunidade Ribeirinha que reúne pescadores artesanais e não pescadores. Mas, que também assumem a identidade coletiva de reivindicação de direitos de seu território tradicionalmente ocupado.

Como dito anteriormente, as mobilizações nasceram a partir dos conflitos da construção UHT. Nesse contexto, a figura da Igreja Católica, na época ainda Prelazia de Cametá, foi primordial nessa mobilização, com a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Assim, “o principal foco tornou-se a problemática social como um todo e o principal agravante desta foi exatamente a construção da Barragem de Tucuruí” (ARNAUD, 2010, p. 65).

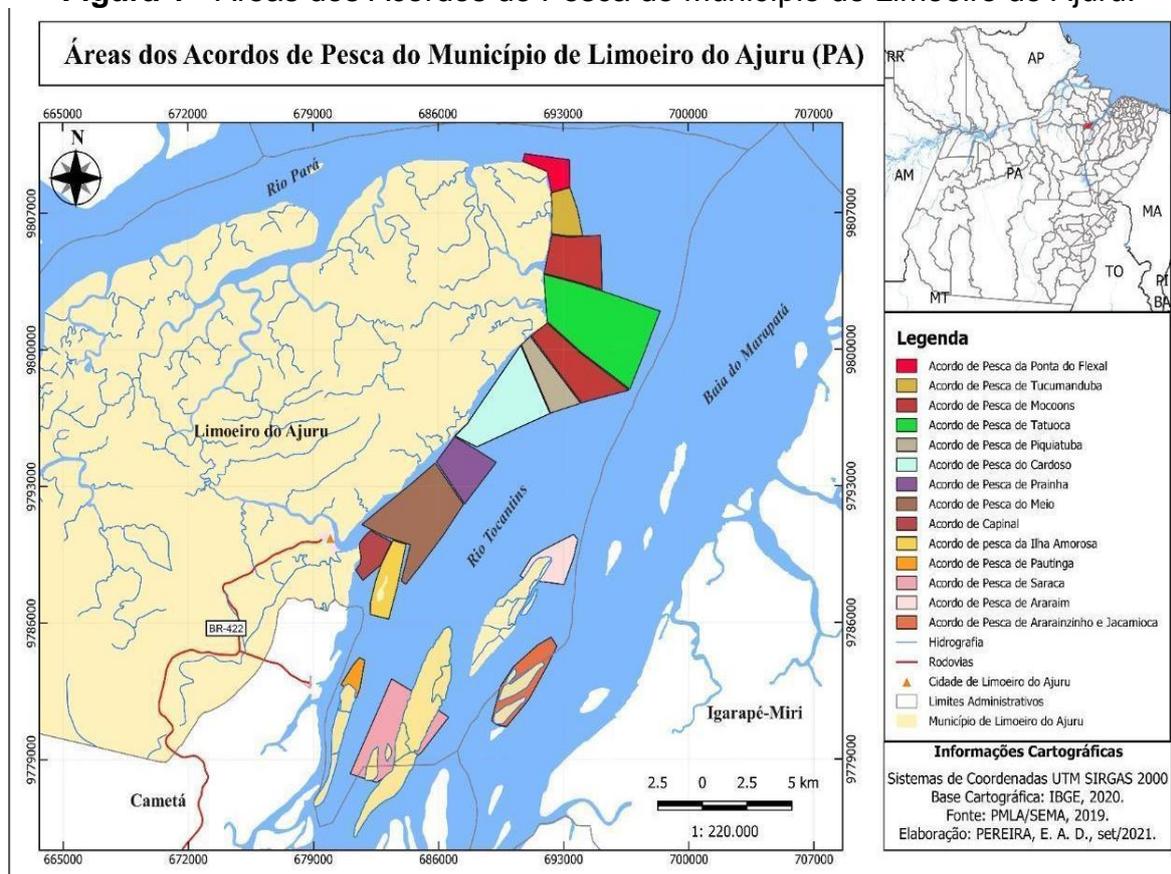
Os Acordos Comunitários de Pesca foram estratégias de resistência, apropriação do território, reivindicação, reconhecimento dos seus modos de vidas, cultura, identidade e tradições, através do Acordo de Pesca foi possível não só resgatar o modo de vivência, mas também uma nova forma de conceber o território, as relações entre as comunidades e as pessoas mudaram, por exemplo a pesca que antes era individual passou a ser coletiva. Através da organização do Acordo de Pesca as comunidades conseguiram a implementação políticas públicas que partiram das comunidades, como por exemplo dentro do município a Lei Municipal nº0225/2019 de 03 de janeiro de 2019 que refere-se ao conselho de pesca e fora do município a abertura da pesca do mapará é Patrimônio Cultural Imaterial Estado do Pará projeto de lei sancionado 8 de abril de 2017, e publicado dia 9, no Diário Oficial do Estado, Projeto de lei Nº 26/2017 foi a aprovado pela Alepa no dia 2 de março do referido ano (REDE PARÁ DE NOTÍCIA), 2017). No município existem quatorze Acordos de Pesca e sua organização e regras estabelecidas depende de cada comunidade (Figura 1).

PROMOÇÃO



APOIO

Figura 1 - Áreas dos Acordos de Pesca do Município de Limoeiro do Ajuru.



Fonte: PEREIRA, 2021.

O Acordo de Pesca da Comunidade de Rio Cardoso fica entre os Acordos de Prainhas e Rio Piquiatuba. Embora os acordos sejam resistência e apropriação do território, porém não foram as únicas reivindicações, “os ribeirinhos não aceitaram pacificamente essas transformações que lhe são impostas, nem simplesmente se adaptaram à “precarização territorial” em largas escalas nas áreas ribeirinhas” (PEREIRA, 2015, p. 212). Nos anos 80 os ribeirinhos constituíram um movimento amplo de resistência, pois, com a intensificação das problemáticas agravadas, consequentemente as lutas e conflitos também se ampliaram, a principal mobilização foi o Encontro de Anilzinho. O destaque nesse encontro foi às discussões dos conflitos em torno da posse da terra e gestão do pescado, principalmente o mapará (*Hypophthalmus edentatus*). Os encontros de Anilzinho originaram uma arena e uma

PROMOÇÃO



APOIO

agenda política de lutas sociais. Posteriormente, desencadeando diversas novas formas, táticas e estratégias organizativas e de lutas para preservar os territórios e, essas resistências possuem base nas Comunidades Cristãs (CCs) (PEREIRA, 2015, p. 212 - 216).

A partir das comunidades cristãs o Movimento de Atingidos por Barragens surge aqui na região. [...] também porque os associados do MAB depois eram pessoas das comunidades cristãs, que já tinham uma vivência, que já tinham uma caminhada, que já entendia o sentido de movimento, de lutas, muitos tinham ido lutar lá na barragem de Tucuruí, então isso motivou mais o movimento. (Padre Sandro Giovani Santos, pároco de Limoeiro do Ajuru, entrevista, mar./2014). (PEREIRA, 2015, p. 216).

O papel dos movimentos ligados às CC's foram fundamentais nas lutas, resistências, organização e estratégias na Amazônia Tocantina paraense. Limoeiro do Ajuru após décadas do funcionamento da barragem foi um dos municípios da jusante que participou do acampamento realizado no final de 1990 e, ainda “tivemos uma multiplicidade de movimentos, organizações e lutas sociais nos quais os ribeirinhos foram os principais protagonistas” (PEREIRA, 2015, p. 217). A principal reivindicação do acampamento foi a energia para as comunidades ribeirinhas que não dispunham de energia.

Depois da Barragem que, por exemplo, eu lembro já que foi para pedi para o município que não tinha a energia aí que foi mobilizado junto com os sindicatos dos trabalhadores rurais e povo ribeirinho que se organizaram para ir acampar em Tucuruí. Mas, em Limoeiro do Ajuru foi à mobilização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, teve apoio da igreja, a comunidade nessa época já existia, já existia as CEB's na nossa comunidade foi, de onde eu já nasci, eu já nasci dessas raízes que já engajei nos movimentos sociais. Para vim essa luz para o município que nessa época era de gerador teve que fazer esse acampamento pra poder vim essa energia de lá da hidrelétrica pro município de Limoeiro do Ajuru (Pescadora e Coordenadora da comunidade de Rio Cardoso - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 50 anos, entrevista, janeiro de 2022).

O município de Limoeiro do Ajuru foi um dos municípios que demorou a chegada da energia oriunda da UHT, sendo esta possível através das mobilizações e movimentos das Comunidades Ribeirinhas como o acampamento no final de 1990

PROMOÇÃO



APOIO





realizadas pelos ribeirinhos, mas até o ano 2023 as Comunidades são desprovidas do fornecimento de energia pelo moldes padrão, o que tem-se são também mobilizações das comunidades que compraram fios e transformadores para que a energia chegasse em suas casas.

Reiteramos o protagonismo dos ribeirinhos no município, os movimentos emergiram das comunidades ribeirinhas pela conquista da energia em Limoeiro do Ajuru, pela articulação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais com apoio das CEB's. As comunidades ribeirinhas, como no caso de rio Cardoso, estiveram presentes ativamente nos movimentos de resistência às reivindicações de direitos contra a Eletronorte, para a reconstrução do território. A presença nas narrativas que UHT traria desenvolvimento para a Amazônia Tocantina foi muito empregada na estratégia de persuadir as Comunidades Ribeirinhas, todavia, o que se afirmou foi a destruição material e simbólica para as Comunidades da Montante quanto a Jusante, como por exemplo, vejamos “esse discurso da inevitabilidade/necessidade” (MALHEIRO e CRUZ, 2019, p. 19).

Nessa época que eu era bem novinha escutava as falações das pessoas que a barragem de Tucuruí vinha trazer benefício principalmente na energia que vinha energia até pela água. Assim que o povo acreditava, depois não foi bem assim. Quando esperaram, esperaram não chegou essa energia que começou a mobilização pra fazer, pra ir pra lá pra Tucuruí. Pra luta, pra lutar pra ver se vinha energia, mas o primeiro passo era isso, o povo falava que se jogasse o fio e a energia vinha, era tudo uma ilusão porque o fio não pode colocar na água, né? Era uma ilusão, até hoje a gente se lembra disso (Pescadora e Coordenadora da comunidade Rio Cardoso - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 50 anos, entrevista, janeiro de 2022).

Na análise do relato da história viva das mulheres da Comunidade Ribeirinha do Rio Cardoso, a ilusão propagada do desenvolvimento, o que na verdade, na visão do capitalismo é o “discurso da inevitabilidade/necessidade” (MALHEIRO e CRUZ, 2019, p 19), na qual ilude prevalecendo-se da inocência ou da falta da informação das pessoas ludibriando para fiz de seus interesses. O destaque também no relato a presença ativa das mulheres nos conflitos, conflitualidades, lutas, organizações, resistência e defesa do seu direito de viver ao seu modo, nos movimentos sociais e

PROMOÇÃO



APOIO



movimentos socioterritoriais da Amazônia Tocantina paraense, pois, estas participaram diretamente como demonstrado neste relato.

Quando nós soubemos a notícia nós queríamos que fizessem porque ia chegar luz pra todo mundo, eles falavam que era só jogar o fio na água que a luz já vinha pra todo mundo e nós caímos nessa corda nós pensávamos que era assim, e, não era. Eles iam formar essa barragem que todo mundo do Baixo Tocantins ia ter luz. Todos nós ficávamos alegres porque nós queríamos luz, nós não tínhamos. Nessa época nós éramos tão ribeirinhos bem dos pobrinhos, somente Deus mesmo pra dar oportunidade pra gente [...] Depois, que construímos nossa comunidade Cristã do Cardoso valendo tá mudando, alertando as coisas, pegando mais conhecimento com as pessoas que saiam para esses encontros das CEB's (Lavradora aposentada, 74 anos, entrevista janeiro de 2022).

Na época o discurso que a construção da UHT iria trazer benefícios para a comunidade se fez bastante presente, porém, foram anos de lutas para conseguir o direito a energia para o município de Limoeiro do Ajuru. No período da construção da barragem os municípios da adjacências e da jusante não eram considerados como dentro da zona de impactos ou de possíveis impactados diretamente ou indiretamente. A Eletronorte e o Governo Federal, após as reivindicações dos movimentos que se viram prejudicados, por meio de repetição afirmativa ou por meio de releitura dos princípios estabelecidos (HONNETH, 2014, p. 170) reconhecem que “erraram na forma de construção da UHE-Tucuruí, referente a não realização de estudos de impactos sobre as populações residentes nas adjacências da usina e na jusante” (ARNAUD, 2010, p. 207) na qual causaram muitos impactos danosos para os municípios da jusante que no período de sua construção não eram considerados como possíveis impactados.

As políticas compensatórias que visam dar ressarcimento até hoje nunca chegaram aos verdadeiros impactados que foram as comunidades ribeirinhas e os pescadores e pescadoras ribeirinhas. É necessário refletir se essas políticas de compensação pensam a destruição dos modos de vidas, dos territórios construídos pelas Comunidades, a desconstrução da cultura, da base econômica dessas comunidades que perpassa de uma relação direta com o rio. É possível compensar a destruição do rio?

PROMOÇÃO



APOIO



Diante dos impactos sofridos pela construção da UHT, as comunidades criaram a estratégia de resistência, os acordos de pesca por meados de 1980, como afirma Pereira (2015, p 219). A criação dos acordos de pesca

Partiu dos próprios ribeirinhos, que buscam articular-se com outras organizações sociais [...]. Também estão relacionados com as experiências de acordos de pesca que vinha acontecendo no Baixo Amazonas, para onde os ribeirinhos do baixo Tocantins se deslocavam historicamente em função da pesca (PEREIRA, 2015, p. 219).

Os ribeirinhos foram os autores da criação dos acordos de pesca, uma estratégia nascida do seio das comunidades, onde estes são os protagonistas. Importante salientar que esta "invenção ribeirinha" promoveu profundas mudanças de relacionamento social, dinâmica espacial, mudou a "geometria do poder" (PEREIRA, 2014, p. 299), ganhou expressões de identidade, ressignificou o lugar, sendo um território na perspectiva integradora a qual aborda Rogério Haesbaert (HAESBAERT, 2019, p. 76), é importante politicamente, economicamente e culturalmente. Na Comunidade de Rio Cardoso o Acordo efetivamente dá Comunidade foi criado em 2008 depois de algumas tentativas de construção coletiva com diversas comunidades em 2003 que não deram certo (LEÃO e ARNAUD, 2022, p. 458). Os Acordos de Pesca foram criados como enfrentamento aos impactos causados pela construção UHT. Estamos diante não de uma mera confrontação contra este desenvolvimento nos moldes de projetos destruidores hegemônico capitalista, e sim de um verdadeiro desenvolvimento possível que sua gênese tem raízes no/do movimento das Comunidades Ribeirinhas, no pertencimento daqueles expõem sua inconformidade com alternativas reivindicando a posse do território, do recurso pesqueiro, de reafirmação de sua vivência e também a construção de novas relações sociais e poder.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

PROMOÇÃO



APOIO



Os territórios de povos tradicionais encontram-se diante de disputas no molde do capitalismo perverso que devora tudo à sua frente, seja por processo espoliador e violento, seja pela persuasão, ilusão de benefícios por meio do discurso de desenvolvimento. Com aval do Estado ou feito pelo próprio, este modelo capitalista perverso não é uma construção perfeita, é contraditório e desta contradição nasce a luta daqueles que não são passivos, contradizem o capitalismo, articulam, são estrategistas e inovadores. Inovadores por criarem o Acordo de Pesca uma criação própria, a amplitude desta inovação ribeirinha, ganhou os holofotes no estado do Pará, conseguindo ser hoje Abertura da Pesca do Mapará como Patrimônio Cultural e Imaterial do estado do Pará, e a nível nacional, por meio da divulgação desta estratégias em veículo televisivo. As comunidades conseguiram criar o conselho municipal de pesca, do qual derivou do Acordo de Pesca e vindo a tornar-se lei municipal. Contudo, hoje vivem sob uma nova ameaça capitalista e do Estado que é a construção da Hidrovia-Araguaia Tocantins, que traz muitos traços e estratégias usado na construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Até quando o Estado será o grande financiador ou construtor destes projetos de morte? Vislumbramos e acreditamos no desenvolvimento possível que nasce dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esta pesquisa continua com estudos futuros e acompanhando o Acordo de Pesca onde a Comunidade de Rio Cardoso vem lutando para legalizá-lo pelo órgão do Estado como o IBAMA e os desdobramentos de resistência contra a construção da Hidrovia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aparecido Ribeiro de. SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Metodologias de pesquisa em geografia**. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/929>>. Acesso em: Março de 2023.

ARNAUD, Mario Júnior de Carvalho. **Gestão ambiental no Baixo Tocantins: dos movimentos ambientalistas à elaboração do PPDJUS**. Belém. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

PROMOÇÃO



APOIO



CASTRO, Roberta Rowsy Amorim de. OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de. **Os termos “populações” e “comunidades” tradicionais e a apropriação dos conceitos no contexto amazônico.** MUNDO AMAZÓNICO, 2016.v7.

CRUZ, Valter do Carmo. **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia.** Niterói, Dissertação (Pós Graduação em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos Movimentos Sociais.** São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: E. Bertrand Brasil, 2019.

HONNETH, Alex. **Barbarizações do conflito social: Lutas por reconhecimento ao início do século 21.** Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 154-176. Jan.-abr. 2014.

LEÃO, Ariete Pastana. ARNAUD, Mário Júnior de Carvalho. **Acordo de pesca artesanal na comunidade de Rio Cardoso: políticas públicas e práticas de re-existência em Limoeiro do Ajuru, Pará.** In: Encontro Nacional de Geografia Agrária. **25º Encontro Nacional de Geografia Agrária: as geografias agrárias a partir da Panamazônia: lutas socioambientais e fronteiras da capital no Brasil.** – Belém: UEPA, 2022.

MALHEIROS, Bruno Cezar. CRUZ, Valter do Carmo. **Geo-grafias dos grandes projetos de des-envolvimento territorialização de exceção e governo bio/negropolitico do território.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, GEOgraphia, vol:21, n.46,2019.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica.** Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, Presidente Prudente, 2009.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense.** Rio de Janeiro: Niterói, 2014.

_ **Resistência territorial ribeirinha na Amazônia Tocantina paraense com a construção da Hidrelétrica em Tucuruí.** In: (Org) MARIN, R. E. A. NOVAES, J. S. **Povos tradicionais com estratégias empresariais no Maranhão e Pará.** UEA Edições, 2015.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM BELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



REDE PARA DE NOTÍCIA. **Abertura da Pesca do Mapará é Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.** Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/191764/>. Acessado em: junho de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

